

APOLOGÉTICA E PLURALISMO RELIGIOSO EM JORNAIS EVANGÉLICOS NO ALVORECER DA REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1903)

Pedro Henrique Cavalcante de Medeiros¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as publicações dos jornais evangélicos presbiterianos *Imprensa Evangélica* (1889-1892) e *O Estandarte* (1893-1903) sobre o tema do pluralismo religioso, no contexto de laicidade no fim do século XIX. O referencial teórico desse artigo sugere que o pluralismo religioso faz com que as religiões passem a concorrer no espaço público, como num mercado de bens sagrados, pela aderência de novos fiéis e pelo apoio político. Das religiões que existiam no Brasil, três foram escolhidas pelos jornais, instrumentalizados para essa disputa e cumprindo o papel de atores sociais, para serem combatidas. Dessa forma, constatamos que em meio ao debate público, imbuídos em sua visão de mundo, buscando convencer o poder público de que o Evangelho era a única forma de dar a sustentação moral para a República, uma apologética político-religiosa foi formada.

PALAVRAS-CHAVE: LAICIDADE, REPÚBLICA, PROTESTANTISMOS

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the publications of the Presbyterian evangelical newspapers *Imprensa Evangélica* (1889-1892) and *O Estandarte* (1893-1903) on the theme of religious pluralism, in the context of secularism at the end of the 19th century. The theoretical framework of this article suggests that religious pluralism causes religions to compete in the public space, as in a market for sacred goods, for the adherence of new believers and for political support. Of the religions that existed in Brazil, three were chosen by the newspapers, instrumentalized for this dispute and fulfilling the role of social actors, to be fought. In this way, we found that in the midst of the public debate, imbued with their world view, seeking to convince the public power that the Gospel was the only way to give moral support to the Republic, a political-religious apologetic was formed.

KEYWORDS: SECULARITY, REPUBLIC, PROTESTANTISMS

¹ Doutor em História pela UFRRJ. Pesquisador do LABEP-CNPq. Licenciado em História pela UFRRJ (2011). Mestre em História pelo PPHR-UFRRJ (2014). Bacharel em Teologia pela FAECAD (2016). Docente voluntário no núcleo da FAECAD, em Nova Iguaçu, entre os anos de 2015 a 2018, no curso de integralização em Teologia. Docente voluntário na Faculdade Kennedy (2019-2020), em cursos de pós-graduação em Teologia do Novo Testamento e História da Igreja. Dedicou-se ao estudo da História das Ideias Protestantes no Brasil Império e Primeira República, em temas relacionados à teologia, política, missão, apologética, conservadorismo, laicidade e abolicionismo.

INTRODUÇÃO

O dia 15 de novembro de 1889 marcou o fim do regime monárquico e o início da República no Brasil. Acerca da religiosidade brasileira, a mudança de regime político representou o fim do monopólio católico como religião de Estado e o início da laicidade, reconhecendo a pluralidade religiosa no Brasil.

A laicidade foi uma bandeira dos protestantes no Brasil, desde a chegada dos primeiros missionários. Porém, diante da pluralidade religiosa, por meio de seus jornais, os evangélicos procuraram expor sua visão sobre como a liberdade religiosa deveria ser entendida e praticada no Brasil.

Este texto tem como objetivo analisar o discurso produzido nos jornais *Imprensa Evangélica* e *O Estandarte*, no contexto das leis de laicidade, na primeira década da República brasileira, acerca do pluralismo religioso brasileiro. Como o leitor vai conhecer, as ideias defendidas por esses jornais, produzidos pelos presbiterianos, tinham como fundamento tanto a formação cultural americana dos missionários quanto indicavam a formação de uma apologética religiosa e política focada no contexto cultural brasileiro.

O pluralismo religioso, como demonstrado por Jean-Paul Willaime, “faz das opções religiosas ou não religiosas uma questão de escolha livre”.² Assim, sugere-se que diante do pluralismo religioso, as religiões passem a concorrer entre si na oferta do sagrado. Deve ser ressaltado que essa concorrência não se restringe ao nível individual, mas ao nível coletivo e político também.

Dessa forma, os protestantes entraram participaram de forma ativa dessa concorrência, utilizando como principal instrumento simbólico a visão de mundo evangélica americana e como principal ferramenta material os seus jornais. Foram publicados diversos artigos para desqualificar os concorrentes e demonstrar que o protestantismo era útil para a sustentação moral e cívica da República brasileira.

Assim, o leitor verá de forma clara e prática o que o sociólogo Jean-Paul Willaime ensina:

De fato, não existe um modo de falar com Deus que seja totalmente neutro sob o plano político, pois toda teologia veicula certa visão de mundo social, mesmo aquelas que não explicitam claramente essa visão.³

² WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia das Religiões*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 167.

³ WILLAIME, op. cit., p. 118-119.

Ocorre que no caso analisado aqui, essa visão foi claramente explicitada. Acerca desse conceito de visão de mundo, importa apresentar a explicação do professor Thomas Sowell:

Uma visão foi descrita como um “ato cognitivo pré-analítico”. É o que percebemos ou sentimos antes de construirmos qualquer raciocínio sistemático que poderia ser chamado de teoria, e muito menos antes de deduzirmos quaisquer consequências específicas como hipóteses que devem ser testadas mediante provas. Uma visão é nossa percepção de como o mundo funciona.⁴

Assim, é evidente que houve um choque entre a bagagem cultural americana dos missionários protestantes e os primeiros pastores formados por esses missionários e a realidade cultural brasileira. Qual era a realidade político-religiosa encontrada pelos missionários protestantes no Brasil do século XIX?

Pela Constituição do Império do Brasil de 1824, o catolicismo era a religião oficial do Brasil. As outras religiões eram toleradas, contanto realizassem seus cultos em casas particulares sem aparência exterior de templo. Pela estrutura administrativa do Império, havia também restrições civis para os não católicos, isto é, não havia casamento civil, nem registros civis e os cemitérios eram restritos aos católicos, com exceção dos cemitérios construídos por imigrantes, como os dos ingleses.

A mudança só ocorreu a partir do Decreto 119-A de 1890, quando a laicidade foi oficializada no Brasil. Mas, essa laicidade havia beneficiado exatamente quais grupos religiosos? E qual era a sugestão dos protestantes para a laicidade prática em relação à liberdade das religiões?

Para responder a essas questões, analisamos, desde a dissertação de mestrado e a tese de doutorado, os jornais presbiterianos *Imprensa Evangélica* (1889 - 1892) e *O Estandarte* (1893 - 1903). Esses jornais funcionaram não apenas para exposição de doutrina e ação evangelística, mas também para os presbiterianos se posicionarem politicamente, no intuito de defender seus interesses civis.

Para analisar jornais como fontes históricas, algumas considerações de metodologia devem ser indicadas. Conforme nos ensina a professora Heloisa Cruz, o historiador da imprensa deve vincular a história da comunicação com a história social. Assim, jornais não devem ser considerados apenas como um veículo para expressar opiniões. De fato, jornais precisam ser estudados como um instrumento para demarcar espaços, temas, mobilizar leitores para uma

⁴ SOWELL, Thomas. *Conflito de Visões: Origens ideológicas das lutas políticas*. São Paulo: É Realizações, 2012, p. 18.

causa, criando adesões e consensos.

Some-se a isso o fato de jornais serem produtores do tempo histórico. Cruz defende que os historiadores devem perceber como os jornais diagnosticam o presente e fazem prognósticos do futuro. A imprensa também produz memória social e contribui na formação da visão imediata da realidade do mundo.⁵

Dito isso, no desenvolvimento a seguir, o leitor conhecerá a perspectiva do presbiterianismo brasileiro de fins do século XIX sobre o pluralismo religioso e as considerações feitas acerca do direito de desfrutar da liberdade religiosa que determinadas religiões, isto é, o positivismo, o espiritismo e o catolicismo romano poderiam ter ou não.

Em um segundo momento, o leitor descobrirá como os presbiterianos, por meio dos seus jornais, defenderam que a laicidade brasileira deveria se pautar no modelo americano e que os protestantismos poderiam servir como elo que daria o fundamento moral que a República necessitava para poder se consolidar.

1 POSITIVISMO

O golpe que deu fim à Monarquia e proclamou a República está diretamente ligado à história do positivismo no Brasil. De forma mais específica, a uma linha do positivismo que ficou conhecida como positivismo ortodoxo, isto é, a linha religiosa do positivismo. Essa vertente tinha como principal ponto de difusão a Igreja Positivista do Brasil, fundada em 1881, que contou como membros fundadores Miguel Lemos (1854-1917), Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) e Benjamin Constant (1836-1891).

Apesar de o historiador do positivismo no Brasil, Ivan Linz, defender que suas propostas eram “inconciliáveis com a situação real do meio brasileiro”⁶, Lemos e Teixeira Mendes consolidaram a versão religiosa do positivismo com a fundação do Apostolado Positivista e da Igreja Positivista.

Destaque-se que foi a partir do Apostolado que os positivistas se posicionaram a favor da abolição da escravidão, da instauração da República e da laicidade. Na busca de apoio, no

⁵ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 258-259, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

⁶ LINS, Ivan Monteiro de Barros. História do Positivismo no Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 501.

processo de legitimação no Brasil, positivistas chegaram a defender que o problema religioso do Brasil não era ameaçado pelo positivismo, mas pelo indiferentismo religioso.

Isso porque os positivistas buscavam reconhecer o valor histórico das religiões ao mesmo tempo em que se viam como uma evolução da revelação para a demonstração. Além disso, os positivistas mantinham um forte apelo à moralidade estoica de seus adeptos. Em referência a isso, o historiador Ivan Lins explica:

O alto nível de moralidade de seus aderentes, os quais provaram, em sua vida particular e pública, que homens sem temer o Inferno, nem aspirar ao Paraíso, são, contudo, capazes de competir, sob o aspecto da moralidade, com os mais ferventes adeptos das crenças sobrenaturais.⁷

A influência dessas crenças e dos símbolos positivistas tornaram-se evidentes no início da República. Por isso, entendemos que, em razão dessa expansão da influência positivista no início da República e pelo temor de que o Brasil se tornasse uma República positivista, os jornais *Imprensa Evangélica* e, em seguida, o *Estandarte* iniciaram sua campanha de deslegitimação do positivismo como uma religião que pudesse receber as garantias da laicidade republicana.

Porém, ao considerarmos o que expôs o professor José Murilo de Carvalho, ao dizer que os positivistas “constituíram, sem dúvida, o grupo mais ativo, mais beligerante, no que diz respeito à tentativa de tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população”⁸, percebemos que a tarefa apologética dos jornais evangélicos não seria tão simples.

Desde o início, a *Imprensa Evangélica* identificou os positivistas como propagandistas do ateísmo científico no Brasil. Ao desenvolver essa ideia, tanto a *Imprensa Evangélica* quanto o *Estandarte* tinham como pretensão desqualificar o positivismo como uma filosofia ou uma crença útil para a República.

Na edição de 10 de outubro de 1891, por exemplo, a *Imprensa Evangélica* defendeu que o positivismo, como uma crença racionalista e restrita ao empirismo, tentava abalar as crenças na providência e na vida futura. Além disso, para o editorial evangélico, o positivismo não deveria ser considerado nem como filosofia, ainda que ateísta, porque a filosofia pelo menos considerava como objeto de reflexão a origem dos seres, a causa primeira.⁹

⁷ LINS, op. cit., p. 534.

⁸ CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 129.

⁹ PUCHESSSE, F. B. *Imprensa Evangélica*, São Paulo, v. 27, n. 40, p. 313, 10 out. 1891.

Na edição seguinte, de 17 de outubro de 1891, a Imprensa Evangélica argumenta que o positivismo atentava, inclusive, contra a própria necessidade do ser humano, por desprezar o fato de todo ser humano questionar sobre o destino de sua alma.¹⁰

Nessa linha argumentativa, na edição de 13 de fevereiro de 1892, a Imprensa Evangélica publicou mais um artigo contrastando a filosofia da “falsa *religião da humanidade*” e a filosofia cristã em relação ao tema da cosmogonia e da escatologia. Para o editorial, enquanto a filosofia cristã apontava o Cristo resignado, tomando o cálice do sofrimento, para indicar aos homens “o futuro espiritual, que nos espera no seio de Deus”, o positivismo “bestializava” os homens ao erguer um “templo à *eterna matéria*”.¹¹

Após a discussão mais filosófica da Imprensa Evangélica, o Estandarte prosseguiu no combate ao positivismo. Como veremos a seguir, o Estandarte prosseguiu com uma segunda linha argumentativa, utilizando o recurso do argumento de autoridade.

Fato é que, expressar apoio a políticos liberais que defendiam causas de interesse dos não católicos foi uma prática comum em todo o período de produção da Imprensa Evangélica e do Estandarte. Nesse caso específico, o político escolhido para ser homenageado nas páginas do jornal foi Rui Barbosa (1849-1923).

Assim, por exemplo, em 9 de setembro de 1893, o Estandarte publicou um discurso de Rui Barbosa, com a justificativa de que o político falava com “conhecimento de causa”. Nesse discurso, Rui Barbosa contestava tanto a ideia de que a República era filha do positivismo quanto a propaganda positivista de que Benjamin Constant era o pai da República.

Note-se que, nesse discurso, Rui Barbosa, além de desqualificar a importância do positivismo para a instauração da República, também exaltava a influência americana na mente dos constituintes republicanos, conforme trecho a seguir:

A república federativa que não lhe deveu a existência, só lhe tem devido complicações, e só lhe poderá dever a impopularidade, a desnaturação, a ruína. A república, no Brasil, decorre da constituição de [Alexander] Hamilton, não do catecismo de Comte.¹²

¹⁰ PUCHESSE, F. B. Imprensa Evangélica, São Paulo, v. 27, n. 41, p. 321, 17 out. 1891.

¹¹ D’ALBUQUERQUE, J. J. T. Meditando. Imprensa Evangélica, São Paulo, v. 27, n. 41, p. 49-50, 17 out. 1891.

¹² A REPÚBLICA e o positivismo. O Estandarte, São Paulo, v. 1, n. 36, p. 1, 9 set. 1893. Ressalte-se também que, para os positivistas Miguel Lemos e Teixeira Mendes, a República brasileira não poderia seguir o modelo norte-americano, pois as Colônias americanas, no contexto da independência, eram predominantemente protestantes. Assim, a República americana havia sido fundada por “cidadãos individualistas e adstritos ao teologismo cristão”. Portanto, para o Brasil, defendiam uma república baseada na política científica, isto é, positiva. LEMOS, Miguel;

Esse não foi o único momento em que Rui Barbosa foi homenageado pelo editorial do Estandarte. Em 13 de julho de 1895, o jornal evangélico publicou um comentário de Rui Barbosa sobre a obra *Os Fundamentos da Fé* do lord inglês Arthur Balfour (1848-1930).

Nessa obra de apologética cristã, Balfour faz uma crítica aos sistemas de pensamento que desconsideram o transcendental e o metafísico. A teologia, dessa forma, tinha como principal função o combate ao naturalismo. Por sua vez, esse naturalismo radical, incluindo o positivismo, não produzia nada de útil para a moral da sociedade.¹³

Mais do que isso, a realidade não poderia ser reduzida ao testemunho dos sentidos. No comentário, percebe-se o foco do livro em provar que o mundo espiritual era tão real quanto o mundo físico.¹⁴

Rui Barbosa conclui esse comentário afirmando que a Inglaterra havia formado a sua moral pública a partir de suas crenças e tais crenças não contrariavam o progresso nem eram inimigas da liberdade, ao contrário do naturalismo positivista.¹⁵

Paralelo ao uso do argumento de autoridade, o Estandarte também deu publicidade a colonistas evangélicos, como o pastor presbiteriano Antônio André Lino da Costa (1850-1913), que publicou uma série de cunho apologético a partir da edição de 25 de julho de 1896.

O foco dessa série era combater a disseminação do ateísmo positivista no Brasil, isto é, usar o jornal para lutar contra as ideias daqueles que se identificavam como "os representantes da verdadeira ciência".

Porém, ao contrário de Rui Barbosa, para Lino da Costa era patente a influência positivista na Constituição de 1891. Isso porque na Constituição não havia "a mais leve referência ao Ente Supremo".

MENDES, Raimundo Teixeira. Representação Enviada ao Congresso Nacional Propondo Modificações no Projeto de Constituição apresentado pelo Governo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1935, p. 4.

¹³ OS FUNDAMENTOS da Fé contra o Positivismo. O Estandarte, São Paulo, v. 3, n. 28, p. 2, 13 jul. 1895. OS FUNDAMENTOS da Fé contra o Positivismo: J. Balfour. O Estandarte, São Paulo, v. 3, n. 29, p. 2, 20 jul. 1895.

¹⁴ OS FUNDAMENTOS da Fé contra o Positivismo: J. Balfour. O Estandarte, São Paulo, v. 3, n. 30, p. 3, 27 jul. 1895. OS FUNDAMENTOS da Fé contra o Naturalismo: J. Balfour. O Estandarte, São Paulo, v. 3, n. 32, p. 2, 10 ago. 1895.

¹⁵ OS FUNDAMENTOS da Fé de J. Balfour (Cartas de Ruy Barbosa). O Estandarte, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 2, 31 ago. 1895. É necessário destacar, entretanto, que Rui Barbosa possuía ligações com os positivistas. O historiador Ivan Lins afirma isso dizendo que, apesar das críticas de Rui Barbosa, "o afastamento de Rui em relação ao Apostolado não foi, porém, radical, nem permanente. Uma vez por outra tornaria ele a fazer causa comum com os positivistas".

Lino da Costa alertava que as ideias positivistas também estavam se disseminando no ensino superior brasileiro, formando a intelectualidade brasileira republicana. Para ele, isso teria como resultado a falta de patriotismo por parte do povo. Conforme diz:

Não nos iludamos: confessemos que tudo isso é produto legítimo dessa doutrina ímpia, funesta, desse positivismo sanguinário, que dizendo-se religião da humanidade, entende, contudo, que só podemos ser felizes sob o jugo das ditaduras e longe do alcance de Deus.¹⁶

Atente-se o leitor sobre o quanto essa apologética jornalística estava associada diretamente a uma visão de mundo evangélica e americana sobre a sociedade e a política. Isso pode ser confirmado pelos seguintes argumentos de Lino da Costa:

Deus não pode ser suprimido quando se trata dos destinos de uma nação. [...] Não sabem que o temor de Deus é tão necessário ao homem, que mais fácil seria a um povo que o possuísse subsistir sem leis, do que a um povo ímpio ter vida, embora dotado das leis mais perfeitas.

A lei não deve ser simplesmente obedecida; mas também amada e o homem só ama a lei, quando sabe que ela é a expressão da vontade de Deus, seu único senhor legítimo.

É somente o temor de Deus que poderá estender a influência da lei até às profundezas do nosso ser; é somente o temor de Deus, virtude altamente civilizadora, que poderá banir eficazmente os vícios do seio dum povo e estabelecer as bases de sua verdadeira prosperidade.

Se pudéssemos convencer a tais mestres de que sem o exercício das virtudes cristãs não pode haver nada de grande e forte no seio duma nação, poderíamos nos considerar na véspera do verdadeiro engrandecimento da nossa pátria; porque veríamos que em vez de se oporem ao progresso de um povo, as virtudes cristãs só lhe podem comunicar tais princípios de vitalidade e energia, que não poderão ser destruídas pelas dificuldades, nem pelas revezes, nem pelas calamidades.

É somente a religião de Jesus Cristo que possui a virtude de elevar o patriotismo às alturas dum dever sagrado. [...]

Se Deus, diz um publicista cristão, recompensa e pune infalivelmente a sociedade, ao mesmo tempo que permite algumas vezes que o pecador prospere e o justo se veja atribulado, é porque em sua justiça ele visita o homem no lugar da sua morada; a morada do homem é a eternidade; a morada da sociedade é o tempo.¹⁷

Os últimos argumentos utilizados pelo Estandarte para desqualificar o positivismo que podem ser destacados dizem respeito ao tema da popularidade. Como, por exemplo, na edição de 29 de janeiro de 1898, quando o jornal evangélico afirmou que todas as classes rejeitavam o

¹⁶ O QUE será de nós? O Estandarte, São Paulo, v. 4, n. 30, p. 1, 25 jul. 1896.

¹⁷ O NOSSO Materialismo. O Estandarte, São Paulo, v. 4, n. 39, p. 1, 26 set. 1896.

positivismo, desde “a mais ilustrada até a mais simplesmente instruída”.¹⁸

Segundo o Estandarte, isso ocorria devido à intolerância e à aspereza dos propagandistas do Apostolado Positivista. Para o jornal, o positivismo que periclitava na França, queria forçar a sua implantação no “nosso querido Brasil!”. Assim, restava ao editorial manter a luta contra a influência positivista na sociedade, principalmente, sobre a “mulher brasileira”.¹⁹

Essa influência positivista no Brasil, conforme afirmado pelo historiador Dilermando Vieira, apesar de causar algum impacto no início da República, com o tempo, diminuiu sua presença no espaço público, mantendo-se reservada a determinados grupos da sociedade.²⁰

Assim, o objetivo dos evangélicos que gerenciavam a Imprensa Evangélica e o Estandarte foi alcançado. Embora, não possamos afirmar que esses jornais tiveram algum impacto significativo no desenrolar da história do positivismo no Brasil. O que foi demonstrado aqui é que o posicionamento dos jornais evangélicos acabou por corresponder ao posicionamento de outros grupos que também estavam insatisfeitos com a influência positivista.

Destaque-se também que o positivismo não era o único sistema de pensamento que recebeu duras críticas dos jornais evangélicos. Paralelo ao combate à “religião da humanidade” estava o combate à “ciência dos espíritos”. A seguir, o leitor conhecerá os argumentos que foram utilizados pelo Estandarte para deslegitimar o espiritismo como uma ciência útil para a República brasileira.

2 ESPIRITISMO

Enquanto o positivismo ortodoxo propunha uma religião científica do homem sem a dependência da divindade, o espiritismo propunha uma ciência dos espíritos sem religião. Explicar os fenômenos paranormais de forma científica era a proposta fundamental do espiritismo.

Os fundamentos do espiritismo, segundo a professora Elaine Moura Silva era:

¹⁸ AUGUSTO Comte. O Estandarte, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 2, 29 jan. 1898. AUGUSTO Comte. O Estandarte, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 1, 5 fev. 1898.

¹⁹ AUGUSTO Comte. O Estandarte, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 2, 29 jan. 1898. AUGUSTO Comte. O Estandarte, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 1, 5 fev. 1898.

²⁰ VIEIRA, Dilermando Ramos. História do Catolicismo no Brasil (1889-1945): v. 2. Aparecida: Editora Santuário, 2016, p. 35.

"Explorar a morte e o mundo dos espíritos transformava-se numa maneira de abordar o insondável, [...] com a Natureza Universal e Eterna, apoiada na Razão Científica e no empirismo do século XIX".²¹

É amplamente conhecido que o sistematizador desse espiritismo científico foi Hippolyte-Leon Denizard Rivail (1804-1869), o Alan Kardec. Rivail defendia que a razão deveria se sobrepôr sempre ao dogmatismo religioso ou científico. O que foge ao senso comum é o fato de Rivail não ter sido o primeiro a formular ideias científicas sobre o mundo espiritual.

O historiador Robert Darnton, em *O Lado Oculto da Revolução*, dedicou-se a estudar a história de Franz Anton Mesmer (1734-1815) e do desenvolvimento da teoria e prática do magnetismo animal no contexto da Revolução Francesa. O magnetismo animal, que também ficou conhecido como mesmerismo, propunha o seguinte:

A ideia da existência de um fluido invisível espalhado por todas as partes do Universo servindo de veículo entre os corpos celestes, a Terra e os corpos inanimados. A manipulação, reintegração e concentração deste fluido magnético promovia a rearmarmonização e cura de doenças.²²

Assim, as doenças seriam o resultado dos obstáculos encontrados pelo fluido universal no corpo de uma pessoa. Mesmer propunha uma terapia em que a massagem de pólos específicos do corpo quebraria esses obstáculos e a saúde seria restaurada no paciente.

Além disso, o mesmerismo também defendia que pacientes em estado de sonambulismo poderiam se comunicar com espíritos mortos ou distantes através do fluido que atravessava seus corpos, por meio do sexto sentido.

Como não poderia deixar de ser, essas ideias, principalmente a busca da cura pelo magnetismo animal, foram de encontro à aristocracia médica da França do século XIX. Logo, conforme explica Darnton, o mesmerismo foi mais um fator que corroborou para a Revolução e o combate à aristocracia francesa.

Note-se também que Rivail, não apenas seguiu os passos científicistas do mesmerismo, também buscou associar o espiritismo com a herança do cristianismo. Como explica a professora Elaine Silva, Rivail acreditava que “as novas revelações completavam e explicavam

²¹ SILVA, Elaine Moura. *O Espiritualismo no Século XIX: reflexões teóricas e históricas sobre correntes culturais e religiosidade*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1999, p. 24.

²² IDEM, *Ibidem*, p. 29.

a doutrina cristã, de acordo com a razão e a ciência da nova época”. Isso implicava uma nova interpretação do Evangelho, uma nova prática moral dos ensinamentos evangélicos e uma moral cristã revisada “à luz dos ensinamentos dos Espíritos”.²³

O leitor perceberá que houve pelo menos três argumentos centrais utilizados pelo Estandarte para não apenas deslegitimar o espiritismo como uma crença apta ao direito de liberdade religiosa, mas também como uma prática criminosa que deveria ser combatida pela força policial. Para o Estandarte, a prática do espiritismo resultava em problemas psíquicos em seus praticantes, estava baseada no charlatanismo e, também, era uma religião de culto aos demônios.

Nas edições de 30 de novembro de 1895, 14 de dezembro de 1895, 04 e 18 de janeiro de 1896, 01 de fevereiro de 1896, 09 de janeiro de 1897, 17 de abril de 1898, 22 de outubro de 1898 e 23 de janeiro de 1902, por exemplo, o Estandarte publicou notícias sobre as “vítimas” do espiritismo. Essas vítimas haviam sofrido surtos psicóticos e, dentre elas, também houve mortes por surtos nervosos após as sessões espíritas, como o caso da senhora Ignez de Azevedo, em 1895.²⁴

Acusações de problemas psíquicos ocasionados pela participação em sessões espíritas não eram novidade do Brasil. O historiador Daniel Valle indica que no Império, o bispo do Rio de Janeiro d. Pedro Maria de Lacerda (1830-1890) já denunciava o espiritismo por provocar problemas mentais.

Porém, desde o Império, os intelectuais espíritas se esforçaram para desmentir tais acusações. Adolfo Bezerra de Menezes (1831-1900), na obra *A Loucura sob Novo Prisma*, por exemplo, diz que o espiritismo trazia solução para as doenças psíquicas de seus adeptos ao invés de provocá-las.²⁵

O argumento das “vítimas” do espiritismo foi fundamental para que o Estandarte

²³ SILVA, op. Cit., p. 38-39.

²⁴ MAIS uma vítima. O Estandarte, São Paulo, v. 3, n. 48, p. 4, 30 nov. 1895. MAIS uma vítima. O Estandarte, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 4, 04 jan. 1896. O ESPIRITISMO em cena: efeitos do jogo. O Estandarte, São Paulo, v. 3, n. 50, p. 3, 14 dez. 1895; n. 50, p. 3, 14 dez. 1895. MAIS vítimas. O Estandarte, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 4, 18 jan. 1896. ESPIRITISMO. O Estandarte, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 2, 01 fev. 1896. O ESTANDARTE, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 3, 9 jan. 1897; v. 6, n. 16, p. 3, 17 abr. 1898. PEQUENAS Notas. O Estandarte, São Paulo, v. 10, n. 04, p. 4, 23 jan. 1902. MAIS vítimas. O Estandarte, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 4, 18 jan. 1896. O ESPIRITISMO em cena: efeitos do jogo. O Estandarte, São Paulo, v. 6, n. 43, p. 4, 22 out. 1898.

²⁵ VALLE, Daniel Simões do. Intelectuais, Espíritas e Abolição da Escravidão: os projetos de reforma na imprensa espírita (1867-1888). 2010. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p. 98-100.

apoiasse a repressão policial contra os centros espíritas. Nicolau Soares (1867-1943), por exemplo, publicou alguns comentários sobre a repressão policial aos centros espíritas. É importante ressaltar que Nicolau Soares era médico e era sobrinho-neto do marquês do Paraná, ex-primeiro ministro, considerado um dos principais construtores do segundo reinado.

Na edição de 19 de novembro de 1898, Nicolau Soares comenta uma notícia de que o médium Antônio Carneiro, da Sociedade Espírita União Caritativa estava sendo perseguido por Angelo Torterolli, da Sociedade de Propaganda Espírita do Brasil. A razão era que Antônio Carneiro se recusava a se associar e se submeter à associação de Torterolli.

Nicolau Soares destaca que Torterolli era responsável pelo principal centro espírita do Rio de Janeiro, porém, essa não era a primeira vez que ele e o seu centro espírita eram alvo de ações da polícia. Havia denúncias inclusive de exploração sexual de meninas.

A partir disso, Nicolau Soares afirmava que os espíritas eram “*indivíduos prejudiciais à sociedade*” e que deveriam deixar o trabalho da ciência para os “*verdadeiros homens da ciência*”.²⁶ Portanto, a polícia deveria estar alerta e reprimir todo o espiritismo.

Interessa assinalar que Nicolau Soares não apenas discursava como evangélico, mas como representante da classe médica também. Podemos inferir isso a partir da pesquisa da historiadora Adriana Gomes. Conforme explicado pela professora Gomes, a criminalização do espiritismo atendia à uma requisição da classe médica, que buscava reprimir o curandeirismo e o charlatanismo, apesar das práticas espíritas estarem concordes com a cultura popular brasileira, veja:

Como as práticas terapêuticas populares eram muito comuns pelo comportamento sociocultural dos brasileiros e, também, pela própria carência na prestação dos serviços públicos na área da saúde de assistência à população, eram os praticantes ilegais da medicina que supriam a ausência do Estado.²⁷

Essa repressão ao espiritismo se tornou oficial no início da República. Apesar do Decreto de Laicidade de 1890²⁸, o Código Criminal de 1890 foi clara ao classificar o espiritismo

²⁶ MAIS Espiritismo. O Estandarte, São Paulo, v. 6, n. 47, p. 2, 4, 19 nov. 1898.

²⁷ GOMES, Adriana. Entre a Fé e a Polícia: o espiritismo no Rio de Janeiro (1890-1909). 2013. Dissertação (mestrado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 80.

²⁸ Art. 1º É proibido à autoridade federal, assim como a dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas. Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

como crime contra a saúde pública:

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

Parágrafo único. Pelos abusos cometidos no exercício ilegal da medicina em geral, os seus autores sofrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Se por influência, ou em consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporária ou permanente, das faculdades psíquicas:

Penas - de prisão celular por um a seis anos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o médico que diretamente praticar qualquer dos atos acima referidos, ou assumir a responsabilidade deles.²⁹

A situação do espiritismo era agravada pelo fato de seus líderes e praticantes não o considerarem uma religião, mas uma ciência dos espíritos. Para poderem ser aceitos, os espíritas precisavam demonstrar que não eram uma ameaça à saúde e à ordem pública. Segundo Adriana Gomes, isso foi se tornando possível ao passo em que os espíritas demonstravam ter um *ethos* religioso pela prática da caridade.³⁰

A terceira linha argumentativa utilizada pelo Estandarte e antes pela Imprensa Evangélica para deslegitimar o espiritismo foi associar suas práticas com o demonismo. Na edição de 20 de junho de 1891, por exemplo, a Imprensa Evangélica diz que o espiritismo progredia no Brasil por ação direta de Satanás.³¹

A partir da edição de 05 de janeiro de 1895, o Estandarte publica uma série de artigos de Álvaro Reis (1864-1925), uma apologética contra o espiritismo. Álvaro Reis faz um contraste entre aqueles que confiavam apenas na razão humana para discernir as verdades e

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas. BRASIL. Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm>. Acesso em: 09 ago. 2020.

²⁹ BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 09 ago. 2020.

³⁰ GOMES, op. cit., p. 84, 132.

³¹ ESPIRITISMO. Imprensa Evangélica, São Paulo, v. 27, n. 24, p. 185-186, 20 jun. 1891.

aqueles que confiavam em Deus e na revelação bíblica.³²

Em concordância com Álvaro Reis, o Estandarte publica, em 16 de janeiro de 1897, um texto de Ernesto de Oliveira. Segundo Oliveira, o espiritismo era a negação da necessidade de Cristo para alcançar a felicidade futura em prol dos esforços humanos.³³

Na edição de 13 de junho de 1901, o Estandarte publicou outro artigo de Ernesto de Oliveira. Dessa vez, Oliveira comenta um caso ocorrido em um centro espírita de Campinas, São Paulo, em que um jovem médium havia tido experiências semelhantes às possessões demoníacas relatadas nos Evangelhos. Além de força descomunal, o jovem também levitava no ar de cabeça para baixo.

Oliveira conclui que, como o padre da localidade não havia resolvido, o pastor Bento Ferraz (1865-1944) havia sido chamado para resolver o problema que assustava até aos espíritas de Campinas. No fim da história, é relatado que o jovem havia passado a frequentar os cultos da Igreja Presbiteriana de Campinas.³⁴

Tanto o positivismo quanto o espiritismo não mereciam ser amparados pelo direito à liberdade religiosa republicana. O argumento era que nenhum dos dois sistemas representava uma religião verdadeira. O positivismo era ateísmo filosófico e prático. O espiritismo ou era charlatanismo ou era demonismo e, nos dois casos, suas práticas resultavam em demência. Esse era o quadro religioso montado pelos evangélicos que redigiram os jornais Imprensa Evangélica e o Estandarte.

Assim, restava uma única religião que poderia desfrutar da liberdade religiosa no Brasil além dos protestantismos. Como em nenhum momento os jornais tratam das manifestações religiosas afro-brasileiras, só restou o catolicismo. Porém, essa liberdade do catolicismo deveria observar determinados critérios para não se tornar abusiva para sociedade, na visão dos protestantes. É sobre isso que trataremos a seguir.

3 CATOLICISMO

O catolicismo era a principal religião concorrente dos protestantismos no Império. O

³² A “VERDADE E LUZ”. O Estandarte, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1, 05 jan. 1895. A “VERDADE E LUZ”. O Estandarte, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 2, 26 jan. 1895.

³³ ESPIRITISMO. O Estandarte, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 2, 16 jan. 1897. O ESPIRITISMO. O Estandarte, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 2, 23 jan. 1897; n. 7, p. 2, 13 fev. 1897.

³⁴ POSSESSÃO demoníaca. O Estandarte, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 2, 13 jun. 1901.

Império do Brasil era constitucionalmente e culturalmente católico. Na República, apesar das leis de laicidade, a cultura católica permaneceu. Desde a fundação da Imprensa Evangélica, em 1864, houve intenso debate entre os evangélicos e os católicos, principalmente após a fundação do jornal católico O Apóstolo, em 1866.

Porém, após o Decreto de Laicidade, de 1890, e a Constituição, de 1891, a Imprensa Evangélica e o Estandarte foram utilizados para defender que o catolicismo deveria desfrutar da liberdade religiosa, mas restringindo sua ação no espaço público e político. Assim, o catolicismo não deveria ter influência sobre a legislação republicana, nem criar um partido católico.

A principal ideia defendida pelos protestantes do século XIX em relação ao catolicismo era que o catolicismo representava o atraso do progresso moral, intelectual e material da sociedade de forma geral. Nas palavras do professor Lyndon Santos:

O protestantismo, portanto, teceu um trunfo retórico e apologético de crítica ao catolicismo ao associá-lo à condição de ignorância e atraso do povo. Mesmo minoritário, construiu a consciência de ser a religião do progresso e da elevação da vida moral. Estendeu a identidade de *evangélico* para todos os ramos protestantes e procurou articular-se no espaço social perante o inimigo comum, o catolicismo. Conscientes que eram uma minoria que avançava e crescia, os evangélicos fortaleceram esta identidade como linha de força para expandir sua fé.³⁵

Entretanto, na prática, o leitor precisa perceber que o catolicismo manteve sua influência sobre os rumos da nação, ao mesmo tempo em que teve liberdade para poder se expandir no território nacional.

Na edição de 14 de dezembro de 1889, por exemplo, a Imprensa Evangélica defendeu que o catolicismo não teria influência sobre o novo regime político, pois, apesar de sua oficialidade no período imperial, o catolicismo não era a religião da maioria dos brasileiros. Porém, rapidamente isso se mostrará um engano ou um grande otimismo, pois o catolicismo não havia perdido sua influência.

O historiador Dilermando Vieira cita, por exemplo, o caso de Quintino Bocaiúva (1836-1912), ministro das relações-exteriores do governo provisório, que se dirigiu ao internúncio, um representante do Vaticano no Brasil, declarando as intenções do governo de manter as

³⁵ SANTOS, Lyndon de Araújo. As Outras Faces do Sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira. São Luís: EDUFMA, 2006, p. 155.

relações de amizade com a Santa Sé.

De fato, diversos pesquisadores têm indicado o quanto a República foi benéfica para a hierarquia católica. Dilermando Vieira elenca, por exemplo, diversos bispos brasileiros que haviam saudado a República.

Um caso a ser assinalado foi o do bispo d. José Pereira da Silva Barros (1835-1898). Para Silva Barros, o Império pretendia estabelecer reformas secularizantes, porém, mantendo a igreja sob regime de padroado, o que, na prática, era visto como prejudicial para a Igreja brasileira.

Destaque-se também a pastoral coletiva dos bispos do Brasil *O Episcopado Brasileiro ao clero e aos fiéis da Igreja no Brasil*, produzida após o encontro dos bispos, em 19 de março de 1890, por sugestão do internúncio Francesco Spolverini (1838-1918). Nesse documento, os bispos denunciavam a secularização do Estado, mas mantinham-se isentos de criticar o regime, pois o decreto concedia à Igreja Católica no Brasil liberdades que nunca tiveram no tempo da Monarquia.³⁶

Ao comentar a pastoral coletiva dos bispos, em edição de 03 de maio de 1890, a Imprensa Evangélica procurou indicar a aparente incoerência da hierarquia católica. A razão dessa incoerência era que a pastoral criticava o fim do regime de padroado, a união entre a Igreja e o Estado, mas, ao mesmo tempo, celebrava a liberdade trazida pela República.

Para o editorial, a Igreja Católica deveria aproveitar o momento, exercer livremente seu culto e propagar suas doutrinas:

Se as suas doutrinas são verdadeiras não de prevalecer e a sua propaganda pacífica basta para que ela vá conquistando as consciências. Se, porém, essas doutrinas são falsas e contrárias à Palavra de Deus essa seita ou reformar-se-á ou desaparecerá.³⁷

Para compreender essa aparente incoerência, podemos recorrer ao conceito de laicidade pragmática utilizado por Maurício de Aquino. Isso porque essa laicidade não se assemelhava nem ao modelo francês nem ao americano. Na prática, a laicidade brasileira criou

Um amplo espaço relacional com as confissões religiosas que oportunizava alianças, omissões, negociações, perseguições segundo os interesses próprios do Estado, ou melhor, daqueles que o controlavam. Essa laicidade foi

³⁶ VIEIRA, op. cit., p. 9, 10, 18.

³⁷ A CONFUSÃO. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 26, n. 18, p. 1, 03 maio 1890.

pragmática no duplo e ambíguo sentido dessa palavra à época: correspondia ao que era útil e interessante ao Estado republicano, e, era praticada respeitando certas normas e cerimônias de corte da Igreja e do Estado. Nada mais apropriado para uma República dos Conselheiros que articulou e colocou em tensão princípios regalistas do Estado republicano e pressupostos institucionais juridicamente modernos da noção tridentina de “sociedade perfeita” da ICAR.³⁸

Neste sentido, pode-se destacar como um dos principais benefícios do período republicano para a Igreja a diocênização. A Igreja Católica passou a ter e ampliar o controle religioso efetivo por todo o Brasil, expandindo sua influência por toda a sociedade.

Em contraposição a isso, a Imprensa Evangélica, em edições como na de 02 de agosto de 1890 e na de 14 de março de 1891, defendeu que as igrejas evangélicas prosperavam pela força da verdade e não por dependerem dos poderes públicos. De forma denunciativa, o editorial evangélico dizia: “jamais poderão provar que das mãos de Governo algum tenha caído no seio de alma das nossas igrejas a mais insignificante quantia”.³⁹

Note, contudo que, apesar de criticar a influência católica sobre a política republicana, a Imprensa Evangélica foi bem mais incisiva ao combater a ideia de alguns católicos de criar um Partido Católico que representasse a Igreja Católica na política partidária.

Na edição de 10 de maio de 1890, a Imprensa Evangélica lamentou a fundação do Partido Católico, dizendo que isso representava o “mais temível elemento de fanatismo, de intolerância e de terror que figura na história com o nome de *clericalismo*”.⁴⁰ Nas edições seguintes, a partir de 31 de maio de 1890, a Imprensa Evangélica passou a citar os artigos de fundação do Partido Católico, no intuito de demonstrar o quanto o partido atentava contra as liberdades republicanas.⁴¹

Na edição de 7 de junho de 1890, a Imprensa Evangélica foi incisiva: “o padre deve exercer sua função espiritual sem se intrometer em política”.⁴² O jornal evangélico argumentou que a religião não deveria ser utilizada para atacar o governo, por isso, a criação do Partido Católico era contrária ao cristianismo e às instituições democráticas.

Para a Imprensa Evangélica, a religião deveria ser mantida no foro íntimo e, dessa

³⁸ AQUINO, Maurício de. A Igreja Católica na primeira república brasileira (1889-1930): laicidade pragmática, diocênização, congregações religiosas. In: CARREIRO, Gamaliel Silva et al (org.). Todas as Águas vão para o Mar: poder, cultura e devoção nas religiões. São Luís: EDUFMA, 2013, p. 125-126.

³⁹ SEMPRE OS MESMOS. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 26, n. 31, p. 2, 2 ago. 1890. OS PADRES e a República. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, p. 86-87, 14 mar. 1891.

⁴⁰ NÃO ESTAMOS SÓS. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 26, n. 19, p. 1, 10 maio 1890.

⁴¹ COM FRANQUEZA. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 26, n. 22, p. 1, 31 maio 1890.

⁴² COUSAS POLÍTICAS. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 26, n. 23, p. 1, 07 jun. 1890.

forma, deveria ser protegida. Mas se uma religião quisesse se tornar partido político, então, deveria ser considerada inimiga da sociedade. Pois, isso só servia para dividir a “família brasileira” no momento em que todos deveriam unir forças para a “consolidação da nação dentro do novo regime”.⁴³

Nas eleições de 1890, o Partido Católico foi derrotado. Isso resultou na publicação do editorial de 20 de setembro de 1890, para celebrar a vitória dos republicanos. Para a Imprensa Evangélica, havia chegado o momento da República se afastar do “jesuitismo” e se unir aos protestantes para a edificação moral republicana, como veremos na próxima seção.⁴⁴

O leitor conheceu até aqui os principais argumentos utilizados pelos jornais protestantes para inabilitar duas religiões ao direito da laicidade e desqualificar a utilidade do catolicismo para a República. Resta abordar como esses protestantes se viam diante do novo regime. Isso será visto a seguir, momento em que ficará evidente qual era o projeto político-religioso daqueles que produziam a Imprensa Evangélica e o Estandarte para a República brasileira.

4 PROTESTANTISMO

Como explicamos na introdução deste artigo, os missionários protestantes que chegaram ao Brasil no século XIX, em quase sua totalidade, partiram dos Estados Unidos. Ao chegarem ao Brasil, em suas bagagens, eles não trouxeram apenas suas Bíblias, mas também a cultura norte-americana, incluindo a visão de mundo política republicana.

Nas linhas a seguir, o leitor compreenderá quais foram os principais argumentos produzidos na Imprensa Evangélica e no Estandarte sobre a proposta evangélica para contribuir com a consolidação do regime republicano brasileiro. A ideia central era que a República brasileira só poderia ser consolidada com a formação e desenvolvimento de uma moral cívica padrão. Essa ideia foi desdobrada em duas premissas. A primeira era que esse padrão deveria ser buscado na República americana. A segunda era que a educação oferecida pelos protestantes seria fundamental para que esse modelo tivesse êxito no Brasil.

Dessa forma, a Imprensa Evangélica lança a solução protestante para a República. Na edição de 26 de abril de 1890, o jornal defende que os protestantes eram os únicos que poderiam contribuir para a moralização do povo: “sem religião não pode haver moral, sem moral não

⁴³ DESMANDOS do clero. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 26, n. 25, p. 1, 21 jun. 1890. O PARTIDO catholico. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 26, n. 24, p. 3-4, 14 jun. 1890.

⁴⁴ PROEZAS clericais. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 26, n. 38, p. 2, 20 set. 1890.

pode haver um povo livre. O protestantismo é a religião mais pura e simples que existe no mundo”.⁴⁵

No intuito de comprovar seu argumento, a Imprensa Evangélica oferece, como exemplo, na edição de 27 de dezembro de 1890, o caso dos Estados Unidos. O editorial diz que apesar de a Igreja estar separada do Estado, na América não existe “lei atea”, por exemplo: “todas as sessões do Congresso se abrem pela oração”.⁴⁶

A Imprensa Evangélica prossegue em seu argumento, buscando demonstrar que não apenas o Congresso, mas a família e a sociedade americana mantinham uma base cristã, não havia conflitos religiosos, mas também causava estranheza quem não professasse nenhuma religião. Outras evidências dessa base cristã da sociedade americana, segundo a Imprensa Evangélica, eram a celebração do Dia de Ação de Graças e do Dia de Oração e Jejum Comum.

Para o jornal, essa base cristã era a razão da prosperidade americana, era isso que a tornava “objeto especial do favor Divino”. Por outro lado, o editorial também deixava claro que as corporações religiosas recebiam do Estado o favor em relação aos impostos de suas propriedades, porque elas “prestam serviços como agentes morais e diminuem as despesas incursas relativamente à administração da polícia”.⁴⁷

Na edição de 31 de agosto de 1889, a Imprensa Evangélica também havia indicado que presidentes americanos eram firmes em suas convicções religiosas. O exemplo dado é do presidente William Henry Harrison (1833-1901), que professava sua fé nas orações públicas, mantinha sua “probidade e moralidade austera”, era ativo nas obras de caridade e missões da igreja e ainda dirigia uma Escola Dominical.⁴⁸

Na edição de 19 de julho de 1890, no contexto da aprovação do projeto de Constituição, a Imprensa Evangélica comenta que um Estado não poderia ser ateu. De forma didática, o jornal buscou explicar que, apesar de os brasileiros tratarem o Estado como se fosse uma entidade pessoal, o Estado era uma instituição abstrata. Por isso, não tinha sentido falar em Estado ateu, porque o Estado não tinha alma. Além disso, o Estado não se resumia ao governo, à Câmara ou às autoridades. O Estado era a nação, isto é, “toda a nação organizada com governo e leis é um

⁴⁵ A SOLUÇÃO PROTESTANTE. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 26, n. 17, p. 1, 26 abr. 1890.

⁴⁶ A RELIGIÃO NOS ESTADOS UNIDOS. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro v. 26, n. 52, p. 4, 27 dez. 1890.

⁴⁷ A IGREJA E O ESTADO. Imprensa Evangélica, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 395, 14 dez. 1889.

⁴⁸ O GENERAL HARRISON. Imprensa Evangélica, São Paulo, v. 25, n. 35, p. 274, 31 ago. 1889.do

Estado”.⁴⁹

Ao examinar as publicações dos jornais *Imprensa Evangélica*, percebe-se que esta proposta pedagógica prosseguiu ao longo das edições. Em pesquisa realizada a nível de doutorado, havíamos comprovado como a fundação do Mackenzie College, hoje Universidade Presbiteriana Mackenzie, tinha como objetivo formar uma intelectualidade com base cristã e nutrida com a cultura americana para atuar na formação moral e cívica do Brasil.⁵⁰

Nisso, seguimos a explicação dada pelo professor Lyndon Santos que identificou o mesmo fenômeno em sua pesquisa de doutorado. Segundo Lyndon Santos, o evangelista não apenas divulgava a mensagem do Evangelho, mas tinha a intenção de formar uma intelectualidade que atuaria na ação política republicana. Essa evangelização cívica pedagógica procurava demonstrar que os protestantes eram submissos às leis, eram defensores do casamento civil e defendiam a laicidade. Isso tudo a partir de uma visão pan-americanista, como afirma Santos: “o pan-americanismo serviu como plataforma secularizada para o ideal de civilização e de sociedade defendidos pela prédica evangélica”.⁵¹

Essa ideia foi defendida em diversas publicações dos jornais evangélicos. Como exemplo, podemos citar o editorial de 19 de agosto de 1903, escrito pelo missionário Thomas Porter (1860-1936). Porter afirma que o “*protestantismo produz as nações mais vigorosas*”.⁵² Ao contrário de países católicos, em que a pobreza e o crime abundavam, em países protestantes, o homem era ensinado a fugir da ociosidade, inclusive da religiosidade extramundana, e ser probo trabalhador.

Porter destaca que países protestantes valorizavam as escolas e, por isso, não havia analfabetos. Dessa forma, o missionário conclui dizendo que o Evangelho era a razão do progresso e da prosperidade dos povos.

Neste sentido, devemos considerar também os artigos publicados que combatiam a vadiagem no Brasil. Na edição de 23 de abril de 1892, a *Imprensa Evangélica* defendeu que “o

⁴⁹ A IGREJA E O ESTADO. *Imprensa Evangélica*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 1, 4 jan. 1890.

⁵⁰ MEDEIROS, Pedro H. C. de. *Por Cristo e pela Pátria Brasileira: abolicionismo, laicidade e conservadorismo na imprensa protestante oitocentista (1880-1904)*. 2020. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, p. 209.

⁵¹ SANTOS, Lyndon de Araújo. *As Outras Faces do Sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira*. São Luís: EDUFMA, 2006, p. 156. SANTOS, Lyndon. O Protestantismo no Advento da República no Brasil: Discursos, Estratégias e Conflitos. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano III, n. 8, p. 114, set. 2010. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf7/07.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

⁵² Thomas Porter diz utilizar como referência a obra de Émile Laveleye, *Do Futuro dos Povos Católicos. O EVANGELHO triunfante*. *Estandarte*, São Paulo, v. 1, n. 33, p. 2, 19 ago. 1893; n. 34, p. 1, 26 ago. 1893; n. 35, p. 2, 02 set. 1893; *A RELIGIÃO do porvir. O Estandarte*, São Paulo, v. 8, n. 38, p. 1, 20 set. 1900.

homem sem ocupação, seja qual for a sua posição social, é um elemento de desordem”.⁵³ Para o editorial, a ociosidade só resultava em atos perturbadores, em fofoca, em desobediência às autoridades e em perda da paz nas famílias.

Em artigo publicado na edição de 02 de junho de 1894, o Estandarte buscou indicar quais eram os responsáveis pela desordem moral da República, quais sejam: “imprensa desenfreada”; o teatro; as “fotografias imorais”; o “luxo desregrado”; o “trabalho degradado” que pervertia e embrutecia os operários, “tratados como máquinas e instrumentos de produção”; e, principalmente, a falta de educação religiosa.

Para o editorial, mais uma vez, a solução era o Evangelho e a escola:

Trabalhemos por propagar o Evangelho, que há de, erguendo o Brasil ao mais alto nível moral, felicitá-lo. Condememo-nos [*sic.*], pelos crimes passados, a ensinar o povo a ler, declarando guerra de extermínio ao analfabetismo deprimente e aviltante [...] as doutrinas de Cristo regeneram o homem e a mulher, ilustra-os, torna-os trabalhadores, econômicos, previdentes, industriais.⁵⁴

Destaque-se que essa perspectiva dos jornais evangélicos estava apoiada em ideias que já estavam firmadas no Brasil. O historiador Sidney Chalhoub, por exemplo, destaca que o projeto de Ferreira Vianna (1833-1903) de 1888, de repressão à ociosidade, tinha como objetivo a moralização do indivíduo por meio do trabalho. Isso porque, entendia-se, a parte dos protestantes, que o trabalho era o fato essencial para a regeneração da sociedade, já a ociosidade era o elemento de desordem que resultava em crimes.⁵⁵

Além disso, o discurso de valorização do trabalho era direcionado para um grupo muito específico da República, isto é, os homens livres e pobres, principalmente, os egressos do cativeiro. Segundo o historiador Marcelo Badaró, esses homens e mulheres ao deixarem o cativeiro, em sua maioria, não estavam vinculados e integrados ao trabalho formal. Isso fazia com que fossem “encarados com desconfiança e sua incorporação à ordem estabelecida era problemática”.⁵⁶

É assim que a educação protestante deveria servir como uma solução para a adaptação

⁵³ A VAGABUNDAGEM. Imprensa Evangélica, São Paulo, v. 28, n. 17, p. 132, 23 abr. 1892.

⁵⁴ O MAL E O REMÉDIO. O Estandarte, São Paulo, v. 2, n. 22, p. 1, 02 jun. 1894.

⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 70.

⁵⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. Vadios, Jogadores, Mendigos e Bêbados na Cidade do Rio de Janeiro do Início do Século. 1991. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p. 38-39.

desses homens ao trabalho formal, moral e cívico. Muitos outros artigos foram publicados com esse objetivo, principalmente após a abolição da escravidão em 1888, e analisados em nossa pesquisa de doutorado.⁵⁷ Porém, devido à brevidade deste artigo, é inviável discuti-los neste momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo o leitor conheceu o contexto religioso brasileiro de fins do século XIX. Note-se, entretanto, que havia mais uma religião que raramente foi mencionada pelos jornais evangélicos, isto é, as práticas religiosas afro-brasileiras. Talvez, a razão disso esteja no fato de os evangélicos terem focado apenas nas religiões que eram concorrentes não apenas no nível religioso, mas político também.

Num contexto de pluralismo religioso, em uma sociedade secularizada, pertencer a uma religião ou acreditar em algo transcendente se torna uma escolha pessoal. Assim, as religiões, como agências de bens do sagrado, passam a disputar adeptos como concorrentes em um mercado, utilizando as ferramentas que estão disponíveis.

É dessa forma que podemos compreender o papel social exercido pelos jornais evangélicos da segunda metade do século XIX no Brasil. Isso foi intensificado a partir da laicidade republicana. Como visto, contudo, a disputa não era apenas pela conquista de novos fiéis, mas, também, pela influência sobre o coletivo ou pelo apoio moral da classe política do país.

Historicamente, portanto, não faz sentido algum falar que religião não deve se misturar com política. Pois, em relação ao Brasil, a religião sempre esteve misturada com política, embora não de forma partidária, principal crítica, naquele momento, dos jornais *Imprensa Evangélica* e *O Estandarte* contra a ideia de um Partido Católico.

Diante de religiões humanistas como o positivismo ou espiritualistas como o kardecismo, também constatamos como essa concorrência político-religiosa também resultou em uma apologética contra religiosidades que estavam fora do amplo leque do cristianismo. Isso confirma que a Teologia é formada a partir das respostas dadas a contextos históricos específicos, toda vez que as bases da fé cristã são confrontadas.

A formação dessa Teologia brasileira no século XIX foi estudada de forma mais profunda em nossa tese de doutorado em outros temas não trabalhados aqui, como o

⁵⁷ MEDEIROS, op. cit., p. 63.

entendimento sobre a abolição da escravidão, as leis da laicidade e a educação protestante. Além disso, sugerimos que é preciso explorar como outros protestantismos se comportaram diante do contexto de pluralismo religioso na primeira República.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 09 ago. 2020.

IMPRENSA EVANGÉLICA, Rio de Janeiro/São Paulo.

LEMOS, Miguel; MENDES, Raimundo Teixeira. *Representação Enviada ao Congresso Nacional Propondo Modificações no Projeto de Constituição apresentado pelo Governo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1935, p. 4.

O ESTANDARTE, São Paulo.

AQUINO, Maurício de. A Igreja Católica na primeira república brasileira (1889-1930): laicidade pragmática, diocênização, congregações religiosas. In: CARREIRO, Gamaliel Silva *et al* (org.). *Todas as Águas vão para o Mar: poder, cultura e devoção nas religiões*. São Luís: EDUFMA, 2013.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

GOMES, Adriana. *Entre a Fé e a Polícia: o espiritismo no Rio de Janeiro (1890-1909)*. 2013. Dissertação (mestrado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do Positivismo no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Vadios, Jogadores, Mendigos e Bêbados na Cidade do Rio de Janeiro do Início do Século*. 1991. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

MEDEIROS, Pedro H. C. de. *Por Cristo e pela Pátria Brasileira: abolicionismo, laicidade e conservadorismo na imprensa protestante oitocentista (1880-1904)*. 2020. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SANTOS, Lyndon de Araújo. *As Outras Faces do Sagrado: protestantismo e cultura na Primeira República Brasileira*. São Luís: EDUFMA, 2006.

_____. O Protestantismo no Advento da República no Brasil: Discursos, Estratégias e Conflitos. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano III, n. 8, set. 2010. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf7/07.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

SILVA, Elaine Moura. *O Espiritualismo no Século XIX: reflexões teóricas e históricas sobre correntes culturais e religiosidade*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1999.

SOWELL, Thomas. *Conflito de Visões: Origens ideológicas das lutas políticas*. São Paulo: É Realizações, 2012.

VALLE, Daniel Simões do. *Intelectuais, Espíritas e Abolição da Escravidão: os projetos de reforma na imprensa espírita (1867-1888)*. 2010. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do Catolicismo no Brasil (1889-1945)*: v. 2. Aparecida: Editora Santuário, 2016.

WILLAIME, Jean-Paul. *Sociologia das Religiões*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 167.